

FLORESTAN FERNANDES E A CRISE DO CAPITAL: A URGÊNCIA DA EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO DA CONSCIÊNCIA CRÍTICA¹

FLORESTAN FERNANDES Y LA CRISIS DEL CAPITAL: LA URGENCIA DE LA EDUCACIÓN Y LA FORMACIÓN DE LA CONCIENCIA CRÍTICA

FLORESTAN FERNANDES AND THE CRISIS OF CAPITAL: THE URGENCY OF EDUCATION AND TRAINING OF CRITICAL CONSCIOUSNESS

Maria Orlanda Pinassi²

Resumo: Educação e formação da consciência efetivamente crítica e revolucionária só podem ser conquistadas a partir da realidade das lutas travadas contra o capital, da experiência que emana da agudeza das contradições da atualidade. Pois é a crítica dos movimentos sociais de massas, a crítica dos movimentos sindicais e dos partidos políticos que ousam transgredir as regras impostas pela “coisa pública” que incomoda o capital. É essa crítica, que associa teoria e práxis, que vem sendo criminalizada, reprimida, violentada pelo capital, na vigência de uma forma muito atual de democracia cada vez mais intolerante e mais parecida com o autoritarismo do regime militar.

Palavras-chave: Educação marxista; consciência de classe; teoria e práxis; realidade social.

Resumen: La educación y la formación de la conciencia crítica y efectivamente revolucionaria sólo se pueden ganar a partir de la realidad de las luchas contra el capital, la experiencia que emana de la agudeza de las contradicciones del presente. Es la crítica de los movimientos sociales de masas, críticos de los movimientos sindicales y los partidos políticos que se atreven a romper las reglas impuestas por la “cosa pública” que molesta a la capital. ¿Es esta crítica, que combina la teoría y la práctica, que se ha criminalizado, reprimido, violada por el capital, en presencia de una forma muy actual de cada vez más intolerante y más como el autoritario régimen militar democracia.

Palabras clave: Educación marxista; la conciencia de classe; teoría y praxis; la realidad social.

Abstract: Education and training of effectively critique and revolutionary consciousness can only be won from the reality of the struggles against capital, experience emanating from the sharpness of the contradictions of the present. It is the critique of mass social movements, critical of union movements and political parties who dare to break the rules imposed by the “public thing” that bothers the capital. Is this criticism, which combines theory and practice, which has been criminalized, repressed, raped by capital, in the presence of a very current way of becoming more intolerant and more like the authoritarian military regime democracy.

Keywords: Marxist education; class consciousness; theory and praxis; social reality.

As premissas da renovação histórica procedem da rebeldia dos mais fracos, [mas] eles não as concretizam se o conhecimento objetivo e a ação coletiva eficaz não estiverem ao alcance de suas mãos. (Florestan Fernandes, *Roda Viva TV Cultura* (1994).)

No final dos anos de 1960³ o sistema de reprodução do capital vai esgotar todas as suas possibilidades civilizatórias, concluindo uma longa fase de ascensão histórica iniciada com as revoluções burguesas dos séculos XVIII e XIX. Isso quer dizer que, desde as décadas finais do século passado, os

novos padrões de expansão e acumulação do capital só conseguem ser ativados, em termos globais, mediante mecanismos tendencialmente destrutivos. E o cenário não parece deixar dúvidas de que este sistema é totalmente *irreformável*.

Diante do quadro, qualquer discussão realmente séria sobre *educação e formação da consciência crítica*, temas de renovada relevância, precisa partir de um pressuposto elementar: o de que vivemos numa *sociedade de classes* na vigência plena de uma gravíssima *crise estrutural*⁴.

Entretanto, isso não parece tão elementar assim quando observamos a forte tendência entre ideólogos da ordem que, à medida que a crise se agrava, irresponsavelmente, vem adotando as famigeradas teses do “fim”: “fim da luta de classes”, “fim do trabalho”, “fim das ideologias”, “fim da história”. Para eles, *finalmente* atingimos “o melhor dos mundos possíveis” – e neste mundo, para o qual “não há alternativa”, a crítica se torna desnecessária e deve cair em desuso.

Com esse “otimismo” tão fora de hora, os mais graves problemas da atualidade – fome, miséria, desemprego estrutural, destruição ambiental, doenças, extermínios étnicos, religiosos, etc. – são tratados todos como abstratas questões de “moral e educação”, passíveis de solução por um punhado de políticas públicas afirmativas formuladas por um novo tipo de Estado neodesenvolvimentista⁵.

Ora, num momento particularmente problemático da história da humanidade, o abandono irresponsável da perspectiva crítica de classe é que acaba por criar tão sérias dificuldades para compreendermos que numa sociedade como essa, regida pelo capital e pela propriedade privada, *não* pode existir uma verdade única para todos os indivíduos e que as idéias socialmente dominantes não podem, em qualquer circunstância ou hipótese, ser nem universais, nem substantivas. A lenda que decreta o “fim” do que há de mais essencial na sociedade de classes não passa, ela própria, de uma ideologia poderosa – tragicamente internalizada por muitos, independentemente da classe a qual pertençam – para justificar e permitir o livre curso da ordem caótica (da acumulação de capital e da superexploração do trabalho). A explicação disso se deve ao fato de que o capital, para exercer domínio pleno, precisa “assegurar que cada indivíduo adote como suas próprias as metas de reprodução objetivamente possíveis do sistema” (MÉSZÁROS, 2007, p. 206).

As instituições convenientes ao capital, dentre as quais a *escola* é possivelmente a mais fundamental delas, foram constituídas justamente para generalizar a ilusão de que os valores deste mundo são universais, induzindo a uma reprodução “natural” e sem transtornos das relações sociais inevitavelmente hierárquicas. É assim que a ilusão da igualdade e da liberdade (formais), uma prerrogativa da sociedade burguesa, funciona como uma névoa que obscurece o verdadeiro sentido da realidade: o imperativo interesse particular de uma só classe no comando absoluto da sociedade como um todo. Nada, portanto, mais autoritário do que desqualificar a crítica com teor classista e impor a tal da *ideologia única*⁶.

Digo isso porque, para o bem e para o mal, a polarização ideológica do mundo entre comunistas e capitalistas, algo que vigorou desde a Revolução Russa de 1917 até a queda do socialismo realmente existente, reconhecia a vigência de duas verdades socialmente contraditórias. Dos anos de 1990 para cá, apesar da crise estrutural do capital, que aprofunda cada vez mais o abismo que separa (e deveria opor) as duas classes mais fundamentais que compõem o sistema, a negação da luta de classes pela ideologia

burguesa revela o aspecto mais contraditório da democracia possível para esse mundo. É esse aspecto que justifica a imputação criminal e a violência policial sobre os mais autênticos (e incontroláveis) enfrentamentos contra a ordem.

Pois bem, se arriscamos desobedecer às normas pressupostas para o senso comum (foco da oportunista falsa consciência) e assumimos que a sociedade de classes é estruturalmente incapaz de ser universal; e se a nossa perspectiva histórica é transformadora e revolucionária, devemos fazer os seguintes questionamentos: qual educação de fato nos interessa e quais objetivos pretendemos atingir com a formação de uma consciência crítica?

A razão disso se deve ao fato de que é preciso, em primeiro lugar, distinguirmos o significado entre *educação libertadora* e *educação formal*; em segundo lugar, precisamos compreender que a consciência crítica só pode ser emancipadora se conseguir transcender o mundo da moral burguesa e da desumana substância material que preside a lógica maior dessa sociedade. Para combatê-la não bastam idéias, é preciso construir a grandeza da *militância político-pedagógica* e o imperativo de convertê-las numa “radical arma da crítica *ad hominem*”⁷.

Poderíamos dizer, então, que para reconhecermos a importância revolucionária da educação, como vetor emancipatório da única classe capaz de alçar-se à universalidade para isso, é necessário arrancá-la das cadeias morais/institucionais que a aprisionam e considerá-la como pertencente a um processo historicamente determinado. Somente dessa forma é que seus objetivos e ferramentas próprias serão capazes de contribuir decisivamente na destruição da realidade controlada pelo capital. Desta maneira, a construção de uma sociedade realmente humana, capaz de realizar a igualdade e a liberdade substantiva, conduz a uma radical transformação de todas as dimensões essenciais, entre as quais a educação ocupa lugar de destaque no processo de superação do existente. Com isso se afirma que a composição de uma sociabilidade de novo tipo, capaz de conferir tal sentido ontológico ao processo, necessariamente precisa remeter ao papel da educação em suas intencionalidades históricas. Não há meio termo: ou a educação serve para reformar e reproduzir o sistema ou a educação vem para revolucionar e remeter para além do capital.

Neste aspecto, compartilho da mesma luta que os sérios intelectuais da pedagogia histórico-crítica enfrentam na defesa (do pouco que restou) da escola pública e da recuperação da qualidade que outrora a constituiu. Entretanto, expresse discordâncias em relação à vertente que considera o reabilitamento da instituição escolar, pública e de qualidade como o vetor privilegiado de formação da educação e da consciência crítica emancipadora⁸. Pois para ser coerente com o que afirmo no início desse texto, é essencial compreender que o sucateamento do ensino não é algo conjuntural ou isolado, mas parte crucial dos muitos dismantelamentos que o Banco Mundial vai impor ao processo educacional do capital em sua fase de crise estrutural. Então, se acredito que essa crise é irreversível, a qualidade do ensino público resultante das contingências atuais do capital, só pode ser irreversivelmente indigente para formar indivíduos igualmente indigentes. A não consideração do que há de mais concreto nestes fatos, induz a uma leitura abstrata, moral e dogmática da teoria crítica construída por Marx.

Neste sentido, um enfrentamento rigoroso da educação e da consciência crítica exige que vislumbremos a possibilidade de restabelecer a unidade de trabalho manual e mental (de práxis e de teoria) que há mais de duzentos anos vem sendo progressivamente fragmentado, reificado pela divisão social do trabalho imposta pelo sistema de reprodução social do capital. Mas, isso não pode se restringir a um mero somatório de conhecimentos específicos, uma justaposição de saberes atomizados, muito menos outra malograda tentativa de constituir interdisciplinaridades conexas. A questão é muito mais complexa e requer a perspectiva de uma qualidade ontológica socialmente diferenciada da produção do conhecimento, algo que só pode acontecer mediante a superação dos instrumentos imediatamente epistemológicos e a recomposição da autêntica totalidade, ou seja, da relação entre o universo conceitual e a concreta perspectiva sócio-histórica.

A crítica na ditadura e na democracia burguesa

A melhor maneira que encontrei para dar sequência ao debate foi tomar como referência dois importantes estudos de Florestan Fernandes (FF) que considero um dos intelectuais brasileiros que mais seriamente construíram uma crítica da educação pautada na realidade, no caso, na específica realidade brasileira. Estou falando da segunda parte intitulada “América Latina: Hoje” do livro *Circuito Fechado*, publicado pela primeira vez no ano de 1976. Trata-se do capítulo 3, “A ditadura militar e os papéis políticos dos intelectuais na América Latina”⁹ e do capítulo 4 sobre “A universidade em uma sociedade em desenvolvimento”¹⁰.

Início, então, reproduzindo uma bela e muito ilustrativa passagem do primeiro ensaio, no qual Florestan, na contramão da tendência apologética mencionada, revela a grandeza da sua opção ideológica: “Sempre me coloquei à frente dos que acham que a função do intelectual consiste em negar a ordem em nome do pensamento crítico e das forças de transformação revolucionária da sociedade de classes”.

Ao declarar, corajosamente naqueles anos de chumbo do regime militar, de que lado se encontrava nas trincheiras da luta social no país, FF, a um só tempo: 1) desmistifica a fantasia em que se converteu a neutralidade axiológica; 2) profana o mundo sagrado das abstrações teóricas puras, daquelas que se tornam reféns do conceito e da palavra; e 3) mais importante ainda, FF ressalta o poder que o pensamento crítico pode adquirir quando encontra os sujeitos da “transformação revolucionária da sociedade de classes”.

Esse aspecto particularmente explosivo do pensamento de Florestan se apropria do que há de mais radical na teoria revolucionária de Marx e Engels. Isso significa que, para ele, o intelectual (ou educador), se quiser ser verdadeiramente crítico não pode se pensar acima da realidade social, nem considerar que seu pensamento, por mais crítico que possa parecer, seja capaz de moldá-la por muito tempo¹¹.

Tendo em vista a conjuntura política pouco favorável na qual Florestan Fernandes escreve aquele ensaio, é profundamente instigante sua análise a respeito da ditadura militar como uma “fase de transição”

que, mediante violência e corrupção, busca “assegurar um novo padrão de desenvolvimento industrial dependente sob o capitalismo monopolista” (FERNANDES, 1977, p. 138).

Obviamente que não tenho pretensões de me estender aqui pelas brilhantes considerações sobre a lógica do desenvolvimento desigual e combinado que marca tão fortemente suas análises sobre a revolução brasileira e o insuperável caráter *dependente* do capitalismo no Brasil e na América Latina. Minha intenção é mais modesta, situando-se no interior delas. Interessam-me algumas das mediações que ele constitui para nos ajudar a compreender a difícil relação que a intelectualidade estabelece com o poder político, seja na vigência da ditadura, seja da democracia (burguesa de país dependente). E, claro, essa compreensão passa pela importante e necessária desmistificação da política como instância autônoma da economia em sua relação com a intelectualidade e os rumos dados à produção do conhecimento.

O enfrentamento da questão é particularmente necessário à realidade latino-americana, cuja dependência estrutural forjou uma permanente e insolúvel instabilidade econômica e, conseqüentemente, política. É isso que torna tão indefinidos os limites entre ditadura e democracia no Brasil, algo que reflete diretamente sobre o comportamento da intelectualidade frente às necessidades do país. Segundo Florestan (1977, p. 135-136):

Alguns papéis específicos dos intelectuais e suas implicações políticas indiretas (para o desenvolvimento da pesquisa científica, da educação, do planejamento etc., ou para empreendimentos abstratos) não foram afetados [pelo regime militar]. Eles sofreram uma mudança de orientação, em conseqüência do novo padrão de dominação econômica e cultural externa. As esperanças de crescimento cultural autônomo e de uma “revolução intelectual” através da ciência, da tecnologia avançada e da educação democrática serão basicamente destruídas. Mas, aqueles papéis e suas implicações políticas indiretas são inerentes ao sistema de instituições da “civilização tecnológica moderna”.

Uma peculiaridade problemática da ditadura é ressaltada por ele na relação que o regime estabelece com a intelectualidade, pois na medida em que proíbe manifestações populares e coíbe a liberdade da crítica, cria uma situação tensa e perigosamente radicalizada. De um lado, encontram-se os lacaios, alguns incondicionais, ou seja, aqueles que se entregam de corpo e alma ao poder independentemente da forma que assume; outros tantos, neutros, cujo colaboracionismo e resultado dão absolutamente no mesmo. De outro, se encontram os críticos radicais organizados “em torno dos movimentos clandestinos de oposição e de rebelião”. Para Florestan (1977), no entanto: “[...] a tirania de classe e os regimes autoritários militares não são contra “o homem de saber” em si mesmo. Apenas empenham-se em controlar ou destruir o assim chamado homem de saber “rebelde” e o desenvolvimento do “conhecimento crítico” sobre a sociedade” (p. 136).

Numa situação ditatorial declarada, como foi o caso do regime que advém ao golpe de 1964, a radicalização da crítica e da práxis clandestina de uma parcela da *intelligentsia* tende a se definir pela revolução socialista. Mas, segundo FF, já nos idos de 1960, a consciência restrita ao campo das disputas políticas não podia admitir que o capitalismo brasileiro jamais atingiria a plenitude dos países centrais, dada sua incapacidade de “sobrepajar a pobreza crônica e generalizada, a marginalização sistemática de milhões, a falta permanente de integração nacional, e a exploração externa crescente” (p. 138).

De fato, os prognósticos de FF se confirmam no cenário atual que, para além das famigeradas políticas compensatórias, vem sofrendo agravamento explosivamente dramático devido as consequências da crise estrutural do capital. O quadro traz um enorme desafio para a crítica radical marxista que não pode desconhecer que esta forma societal, fundada necessariamente na insolúvel desigualdade social, resulta de uma concentração tendencialmente verticalizada da riqueza material produzida. Isso quer dizer, conforme arriscou e acertou Florestan, que a essência contraditória da nossa sociedade dependente atinge sua maioria de modo tão bárbaro que parece tornar impotentes, inúteis e vãos todos os mecanismos ideológicos de controle democrático do conflito latente que, desde a gênese, e apesar de todas as formas contingentes que se alternaram alguns momentos democráticos entre muitas ditaduras, continua se manifestando e cada vez mais intensamente.

A degradação das condições materiais da classe trabalhadora – algo que não causa estranheza nem constitui novidade histórica em países como o Brasil – não só não foi superada pelo desenvolvimento, como vem, muito ao contrário, generalizando e banalizando a utilização, de norte a sul do país, de uma nova modalidade de trabalho escravo, em muitos aspectos diferente e ainda mais perversa que a sua antecessora, se for possível afirmar tal coisa. A tragédia se completa com o recrudescimento da relação monopólica que atualmente se estabelece entre países ricos e pobres que, por intermédio dos capitais transnacionais voltados ao setor de agronegócios, desenha um quadro de sugestiva e generalizada colonialidade para estes últimos.

É este quadro que comprova a atualidade das afirmações de Florestan Fernandes sobre a linha de continuidade da fase de transição autoritária para a normalidade democrática que não só preserva como aprofunda os problemas sociais. Vejamos o que ele diz a respeito:

[...] se a superconcentração e a militarização do poder atingirem seus objetivos políticos, sob o novo modelo de dominação econômica e cultural externa, surgirá algum tipo de equilíbrio político, e com o ele o intelectual ‘rebelde’ e o ‘conhecimento crítico’ reaparecerão na cena histórica. Talvez o ‘homem de saber’ será um pouco mais cauteloso; e os setores dominantes da sociedade e de suas elites no poder um pouco mais tolerantes. O essencial é o fato de que a ‘civilização ocidental moderna’ não pode sobreviver sem os intelectuais ‘rebeldes’ e o ‘conhecimento crítico’. Eles fazem parte do seu padrão de continuidade através de mudanças permanentes e rápidas. Isto também é verdadeiro para o presente e para o futuro dos países da América Latina. (FERNANDES, 1977, p. 136).

A partir do aqui foi discutido, concluiu, em primeiro lugar, com a seguinte afirmação: educação e formação da consciência crítica no sentido de uma transformação revolucionária rumo a uma sociedade pautada na igualdade e na liberdade substantiva não se conquista nos bancos da escola formal, a não ser em casos da feliz e rara exceção da regra de haver um educador com princípios revolucionários, disposto a quebrar a apatia dos estudantes diante de “ensinamentos” tão inúteis e desinteressantes. Ainda assim os resultados são questionáveis, dado o isolamento da experiência, dado que isso constitui a exceção e não a regra.

Educação e formação da consciência efetivamente crítica e revolucionária só podem ser conquistadas a partir da realidade das lutas travadas contra o capital, da experiência que emana da agudeza das contradições da atualidade. Pois é a crítica dos movimentos sociais de massas, a crítica dos

movimentos sindicais e dos partidos políticos que ousam transgredir as regras impostas pela “coisa pública” que incomoda o capital. É essa crítica, que associa teoria e práxis, que vem sendo criminalizada, reprimida, violentada pelo capital, na vigência de uma forma muito atual de democracia cada vez mais intolerante e mais parecida com o autoritarismo do regime militar.

Por tais razões, concordo plenamente com Florestan que afirma que:

Na era atual, sob o capitalismo monopolista já se aprendeu “o que era útil sobre o fascismo”, os riscos que se devem evitar e como operar uma fascistização silenciosa e dissimulada, mas altamente ‘racional’ e ‘eficaz’, além de compatibilizável com a *democracia forte*.” (FERNANDES, 1981, p. 33)¹².

Referências:

- FERNANDES, F. *Poder e contrapoder na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.
- FERNANDES, F. *Circuito Fechado*. São Paulo: Hucitec, 1977.
- MARX, K.; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. Tradução Rubens Enderle, Nélio Schneider, Luciano Cavino Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MÉSZÁROS, I. *A crise estrutural do capital*. São Paulo: Boitempo, 2009.
- MÉSZÁROS, I. *A teoria da alienação em Marx*. São Paulo: Boitempo, 2006.
- MÉSZÁROS, I. *O desafio e o fardo do tempo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- PINASSI, M. O. (Neo)desenvolvimentismo ou luta de classes? *Caros Amigos*, São Paulo, ed. 189, 17 dez. 2012.

Notas:

- ¹ Texto originalmente escrito para ser apresentado na 1ª Semana Florestan Fernandes, Escola Nacional Florestan Fernandes, Guararema, agosto de 2009.
- ² Professora da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp) de Araraquara e professora colaboradora da Escola Nacional Florestan Fernandes. É autora do livro *Da miséria ideológica à crise do capital: uma reconciliação histórica* (Boitempo, 2009). E-mail: mpinassi@gmail.com.
- ³ No Brasil, o fenômeno tem início nos anos de 1980.
- ⁴ Ver a respeito István Mészáros, em *A crise estrutural do capital* (2009).
- ⁵ Em linhas gerais, o chamado *neodesenvolvimentismo* é um processo que caracteriza os governos Lula e Dilma. Sem romper com a lógica neoliberal, o “modelo” sugere formas neokeynesianas, de modo a administrar os estragos causados pelo neoliberalismo das gestões anteriores. Segundo consta, o Estado procuraria, então, recompor sua função (de “alívio”) social – através da criação de empregos (quase sempre precários e temporários), políticas de recuperação do salário mínimo e redistribuição de renda (Bolsas Família, Escola, Desemprego, etc.) –, enquanto a economia se “renacionalizaria” por meio de financiamentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) à reindustrialização pautada na substituição de importações. Ver a respeito meu artigo “(Neo)desenvolvimentismo ou luta de classes?” (PINASSI, 2012).
- ⁶ “É com isso que os indivíduos ‘contribuem para manter uma concepção do mundo’ e para a manutenção de uma forma específica de intercâmbio social, que corresponde àquela concepção de mundo” (MÉSZÁROS, 2006, p. 264).
- ⁷ Nunca foi tão atual e necessária a 11ª. Tese sobre Feuerbach: *Os filósofos apenas interpretaram o mundo de diferentes maneiras: o que importa é transformá-lo*. (MARX; ENGELS, 2007).
- ⁸ Muito interessante uma declaração de Fidel Castro a respeito desse saudoso e decantado ensino público: “O que nos disseram na escola? O que nos diziam aqueles inescrupulosos livros de história acerca dos fatos? Diziam-nos que a potência imperialista não era a potência imperialista, mas sim que, cheio de generosidade, o governo dos Estados Unidos, ansioso por nos dar a liberdade, interveio naquela guerra e que, como consequência disso, éramos livres. Porém, não éramos livres em virtude das centenas de milhares de cubanos que morreram durante os trinta anos de combate, não éramos livres pelo gesto heróico de Carlos Manuel Céspedes, o Pai da Pátria, que iniciou aquela luta e que, ademais, preferiu ter seu filho fuzilado a fazer sequer uma concessão; não éramos livres pelo esforço heróico de Maximo Gomez, Calixto García e tampouco por aqueles próceres ilustres; não

éramos livres pelo sangue derramado das vinte e tantas ferida de Antonio Maceo e sua queda heróica em Punta Brava; éramos livres simplesmente porque Theodor Roosevelt desembarcou alguns tantos *rangers* em Santiago de Cuba para combater um exército esgotado e praticamente vencido, ou porque os encouraçados norte-americanos afundaram as “lata-velhas” de Cerveza em frente à baía de Santiago de Cuba. E essas monstruosas mentiras, essas incríveis falsificações eram as que se ensinavam em nossas escolas”. Fidel Castro. *José Martí: El autor intelectual* (Havana, Editora Política, 1983, p. 162), citado em István Mészáros, op. cit. p. 202.

⁹ Ensaio editado como publicação avulsa da Universidade de Toronto entre 1969 e 1970.

¹⁰ Ensaio escrito originalmente em 1966 para compor o livro *A universidade na América Latina*, sob organização de Joseph Maier e Richard Weatherhead.

¹¹ Faço aqui referência às velhas e persistentes heranças teleológicas do idealismo hegeliano e do pragmatismo estalinista que submetem as massas à condição de meros objetos do trabalho da consciência (no caso de Hegel) e da consciência atribuída pela burocracia do partido operário (no caso Stalin, sobretudo). Ao converterem, equivocadamente, a consciência em sujeito absoluto da história, desprezam a afirmação de Marx de que “não é a consciência que determina o ser, mas o seu contrário”. Não podemos ignorar ainda os voluntaristas que, muito embora no pólo oposto – pela negação da teoria – guardam muitas semelhanças com aqueles por tentarem sujeitar o real e suas possibilidades efetivas de transformação a uma mera questão de vontade revolucionária.

¹² Florestan Fernandes, “Notas sobre o fascismo na América Latina”, em *Poder e contrapoder na América Latina* (1981).

Recebido em: 07/2014

Publicado em: 02/2015.